Senhor Presidente da Republica
Senhor Reitor da Universidade Técnica de Lisboa
Senhor Presidente Do Conselho Geral da UTL
Senhor Presidente do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
Senhoras e Senhores Doutores
Senhoras e senhores Convidados

1. O Senado da Universidade Técnica de Lisboa, sob proposta do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, e cumpridas as formalidades académicas, deliberou, por unanimidade, outorgar, em Sessão Solene, ao Senhor Comandante Pedro Verona Rodrigues Pires, Presidente da República de Cabo Verde, o título académico de DOUTOR HONORIS CAUSA, a mais elevada distinção de agraciamento que está nos seus poderes.

E como ordena a praxe académica, guardiã atenta das tradições que se cumprem sempre com júbilo, e nestes actos se renova em festa por acolher um novo DOUTOR nos seus respeitados claustros, onde, desde há tanto, se vêm acolhendo outras personalidades, todas justamente celebradas pelo seu saber e pelo seu labor, no mundo do conhecimento e da sociedade.

Os fundamentos essenciais que justificam a outorga que se soleniza neste acto, di-los-ei de seguida. Serei eu a faze-lo por convite do ilustre doutorando, uma escolha que muito me honra e muito me alegra, naturalmente. Honra-me por vir de quem vem; alegra-me por poder colaborar, mais activamente, na justa homenagem que se presta a uma amigo de muitos anos. Um amigo de todas as circunstâncias.

2. Não é trabalhoso falar do homem, do politico, deste sábio do agir reflectido, reconhecido, admirado e respeitado como uma das personalidades mais relevantes destes tempos, nem sempre felizes, da África Nova. Com efeito, toda a sua vida, dedicada, denodadamente, ao bem-estar do seu povo e da sua Pátria, está sublinhada pelo êxito e por resultados notáveis, assinalados pela comunidade internacional, como exemplo a seguir.

Falemos dele, então, com contida minúcia. Ficará, mesmo assim, para não ferir a modéstia que é insígnia do seu carácter, muito aquém do que seria justo chamar ao acto.

3.A História da jovem República de Cabo Verde, é a história da vida e da acção, entre vários outros cabo-verdianos, do Comandante Pedro Verona Rodrigues Pires. A primeira vez que convive com a História, e a cria também, é ele, ainda um jovem. Chegara, pouco antes, em 1956, a Lisboa, capital do Império de que o seu arquipélago fazia parte. Vinha da Ilha do Fogo, fora estudante no Mindelo, o entreposto carvoeiro que cedendo às novas tecnologias, que acabava por chegar ali també.

Com ele, além da ambição de um curso universitário, objectivo só ao alcance de poucos conterrâneos, vinha, também, uma ideia que, no seu espírito e no seu sentimento, germinava há muito e fixara contornos cada vez mais nítidos e mais expressivos. Tratava-se da ideia de que era imprescindível e inadiável ouvir, sentir e ler os sinais dos tempos que começavam a agitar o Mundo. Todos esses sinais, todos reveladores de realidades dramáticas, apontavam, de forma contundente, para a condenação e consequente liquidação, sem apelo, das situações de dominação colonial traduzidas, na essência, por lesão secular muito grave dos princípios imprescritíveis que enformam a Dignidade Humana.

4. Lisboa proporciona-lhe informação e estudo, na sua Faculdade de Ciências. Permite-lhe o aprofundamento das reflexões e a eliminação das últimas dúvidas. Aperfeiçoa o entendimento das coisas, medita nas respostas que vai obtendo, agora que os conhecimentos se vão ampliando.

A portuguesa, é uma Universidade que vai acordando por esses tempos, de muitos anos de letargia; começa a ser como deve sempre ser, um centro privilegiado de estudo, de confronto e avaliação de ideias, de procura incessante da novidade; viva, aberta, acolhe-o, naqueles dias tumultuosos de sessenta. Ali circulam e chocam pensamentos, leituras e propostas de todos os fundamentos, todas ricas de sonhos e generosidades; a inquietação rasga ousados caminhos libertários, convoca para tempos melhores e mais justos; os encontros entre estudantes sucedem-se, discutem-se, mesmo que à superfície, temáticas interessantes, provocantes e estimulantes; as reuniões, com emoção transbordante por vezes, são exercícios de oratória quente e de rasgo amplo, devassam os horizontes do impossível. Pedro Pires ouve, participa, mas lê também, atentamente, com angústia crescente, os seus poetas cabo-verdianos, Osvaldo Alcântara, com o seu "*Romanceiro de S. Tomé*" e Gabriel Mariano, com o

seu excelente "*Comissário ad hoc*", obras reveladoras da iniquidade e do sofrimento nas ilhas. O que tinha de acabar. pensava.

5. Segundo os universitários, o passado português seria encerrado e liquidado, mais ou menos por aqueles dias de alegria juvenil. O que estava para trás, para trás ficava. Era a mais suave das muitas proclamações que os estudantes traziam nos arsenais da sua contestação.

O que interessava era apenas o futuro, um futuro vindo do limbo, virginal, isento de reparos. Era convicção segura para todos eles, que ficaríamos libertos, em definitivo, além do que impedia o progresso e a felicidade do País, também dos constrangimentos seculares que não tem trazido alegrias à nação portuguesa: mesmo dos naturais, do foro incontornável e eterno da geografia.

Mas o que se não consegue com a volúpia inebriante de um belo sonho?

Doravante, tudo teria de recomeçar e recomeçar, agora, em termos de justiça absoluta e bonança farta, proclamavam, então, os jovens obreiros do futuro que, nessa altura se bastavam com a sua integridade, com a sua generosidade, com o seu ímpeto, e julgavam terem força bastante para o desiderato que a Humanidade persegue, incansavelmente, desde o primeiro de todos os dias. O sistema social e o sistema de produção, impostos pela dialéctica dos tempos com grandes sofrimentos e grandes renúncias, eram velharias que indignificavam o Homem e, por isso, urgia varrer, com náusea indignada, da História. Naquele entusiasmo inebriante parecia-lhes tarefa à altura de todos eles, com o resultado encontrado ali, metros à frente,…E continuaram nessa marcha para o quase impossível, por muito tempo mais, com afã incansável, fazendo consumo imoderado de sonhos e boas vontades.

A verdade, porém, é que, tanto porfiaram na plantação das felicidades, que muitas sementes germinariam mais tarde. Não é possível falar, hoje, na democracia portuguesa sem se recordar a rebeldia sonhadora, generosa, corajosa, dos jovens universitários. A democracia também se lhe deve, sabemo-lo todos.

6. Mas o jovem cabo-verdiano não estava apenas rodeado desta juventude em rebeldia activa e voluntariosa que clamava por uma nova sociedade; que não podia entender que o poder político, há tantos instalado e, ele próprio, já exausto, não fizesse esforço razoável para perceber os seus anseios, há décadas contidos e freiados, de liberdade e democracia, da livre discussão da vida corrente que marcava

os seus dias. Sobretudo, deixara de encarar a possibilidade, custasse o que custasse, de suportar as humilhantes restrições à sua cidadania.

Seguindo, atento, o ambiente que começava a ser escaldante da Universidade Portuguesa, o que ali se dizia e ponderava, Pedro Pires encontrou, mesmo na Universidade, entre os do ultramar, nos seus lares de estudantes, nas reuniões de amigos, colegas e familiares, na Casa dos Estudantes do Império, centro de pensamento e de concepção de outros futuros, local de encontro de tantos dos que viriam a ser, mais tarde, líderes dos seus países: ali, na CEI, o debate mais sério, sobretudo mais dirigido ao que lhes interessava: a situação colonial.

Gente de além-mar, toda ela com a certeza já adquirida de que chegara o momento de agir; o momento por que tantas e tantas gerações haviam esperado e desesperado, se não, mesmo, dado a vida, numa rebeldia nunca dominada, numa altivez nunca submetida. Não o fazer agora, seria uma espécie de conivência, mesmo que só objectiva, seria permanecer do lado que História condenava sem recurso. Esta geração, a geração de que participava, tinha o dever moral de pôr fim à situação humilhante que vinha de séculos.

Aliás, os tempos eram propícios como nunca haviam sido, até aí. As organizações internacionais, criações das potências coloniais, nunca se encaminharam para a percepção do que acima de tudo se tratava na questão colonial. Nunca haviam ido para além de soluções destinadas, quando muito, a melhorar a situação. Tinham-se impedido, pela sua própria natureza, de perceber que o colonialismo, mesmo almofadado em generosidades, não deixava de ser, em si mesmo, uma relação inaceitável. Ainda não se aceitava que a solução só podia ser uma, a erradicação do colonialismo pura e simplesmente. O resto viria por si, e pior não podia ser.

7. Gorada a tentativa dos mandatos da Sociedade das Nações e a proposta contida na Carta da Organização da Nações Unidas, cuja formulação abstracta a respeito traduzia, apenas, rectas intenções num sugestivo vocabulário, à moda de fim de guerra, eclodiu um movimento, universal, vigoroso, que visava a libertação dos povos coloniais.

Por um lado, uma nova ordem internacional, com a União Soviética, primeira potência mundial *ex aequo* do pós guerra, disposta, relevando especialmente do seu interesse estratégico, o apoio, intencional e sem limites, aos povos colonizados; por outro, a Conferência de Bandung, realizada em Abril de 55, que o académico e presidente Leopold Senghor crismaria, com grandiloquência, de o "Acontecimento". A reunião gerou ondas de euforia pelo mundo não europeu e Senghor diria, agora em Cannes: "Depois da Renascença, depois das Grandes Descobertas que marcaram os primórdios da acção europeia sobre o Mundo, especialmente a sua hegemonia sobre os povos ditos de cor, nenhum acontecimento revestiu uma tal importância histórica. Nem mesmo a constituição do grupo Afro-Asiático das Nações Unidas. A Conferencia de Bandung foi mais do que um triunfo militar que estabelecesse um novo equilíbrio, sempre provisório; foi mais do que uma descoberta científica que criasse novas técnicas, assegurando o domínio do Homem sobre a natureza. A Conferencia de Bandung foi, sobretudo, uma vitória moral dos povos subjugados. Estes povos, levantavam, pela primeira vez, a cabeça e pela voz dos seus delegados, afirmaram, em comum, a sua dignidade de Homens. Conscientes de representar a maioria da Humanidade, assumem a responsabilidade da sua situação, e proclamam a lei moral como devendo reger as relações entre os Homens. Bandung é, concluiu Senghor, ainda mais do que isso. É, antes de mais, a condenação, diante da História, do facto colonial, e além disso, dos povos brancos de origem europeia, incluindo os russos."

8. Bandung, constituiu-se num acto sério, irreversível, segundo o qual, a situação teria de mudar, sem mais demoras, no sentido de todos os povos se tornarem iguais na sua Dignidade Humana. Na Indonésia, não se discutiu nem se filosofou sobre os processos e as formas de as potências coloniais liquidarem, em definitivo, a situação colonial. Ali só estiveram presentes povos colonizados, os sacrificados da História. A curar, por fim, do seu próprio destino.

E este só poderia ser, naturalmente, a libertação política imediata e sem negociações porque só assim se alcançaria o resultado que a História exigia. Apenas se reivindicava, tão só, a retoma, unilateral, da dignidade plena. Nem mais, nem menos.

A História deve antever-se, e devemos perceber, também, e a tempo, quando ela, reunindo forças e ímpeto, se prepara para gerar novas situações na sua dialéctica incontrolável, que está para além dos Homens e das Coisas. Entre nós, aos que entenderam e visionaram o futuro e procuraram agir com lucidez e com o sentido interesse geral, logo lhes foi interrompida a acção e viram-se, por anos, impedidos de levar por diante o que a inteligência e o sentimento aconselhavam.

9. Além do mais, Bandung não aparecera do nada, sem passado, sem registo algum. Era, sim, o corolário de uma vasta e constante rede de encontros e conferências, desde o Sec.19, representações que meticulosamente se preparam, e fixam objectivos que se foram estudando.

As revindicações acabaram por se resumir a uma, e essa, inquestionável: o fim, puro e simples, do regime colonial, sem concessões. São as conferências preparatórias de Bierville (1926) e o de Bruxelas (1927), onde tem lugar o Congresso dos Povos Oprimidos, que reúne desde Alberto Einstein, o Pancita Nehru, a Senhora Sun-Yat-Sen, e tantos outros que viriam a ser actores internacionais do maior relevo.

Mas ainda é possível ir mais atrás: lembrar o *pan-islamismo*, a Conferência de Westminster Hall de 1900 em Londres, reunião em que Sylvester Williams, advogado de Trinidad cunhou o conceito, que perdura, de *pan-africanismo*; a Conferencia de Lisboa, em 1923,m sobre o colonialismo, a que compareceram, entre outros DuBois e o nosso ministro das colónias António0 Granjo; já depois da Segunda Guerra, em 1945, o determinante Congresso de Manchester. E lembrar, também, a acção predicante, intensa e contínua, de grandes personalidades como o professor Burghard DuBois, Doutor por Heidelberga, Marcus Garvey com o seu *pan-africanismo messiânico*, Jomo Kenyatta, Nnandi Azikiwé, Kwame N'krumah, George Padmore, Amílcar Cabral, Pinto de Andrade, Aimé Césaire, Leopold Senghor, Franz Fanon, e tantos, tantos outros intelectuais do mundo subjugado, que enriquecem a doutrina, explicam porque tinha de chegar o fim daquela relação injusta, e conquistam prosélitos por toda a parte.

Tudo isto se refere, em mínimo, apenas para tornar ainda mais incompreensível, que tivesse sido necessário o decurso de tantas dezenas de anos anos, acompanhado de clamores imensos, ouvidos em todos os quadrantes, para que se viesse ouvir a História, finalmente, através de um movimento de jovens militares, em 1974.

10. As coisas tornaram-se compulsivas para o jovem Pedro Pires. Chegara o momento de agir. Não tem hesitações. Sabia por que agia e sentia júbilo, era a missão da sua vida. Oficial da Força Aérea Portuguesa, decidiu que a verdadeira farda que devia vestir era a das forças combatentes pela liberdade do seu país; parte para Paris, ele e mais 80 jovens africanos, dirigem-se, depois, ao PAIGC (Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde), onde prepondera Amílcar Cabral, homem da História, com a sua notável autoridade moral e intelectual, animador incansável, corajoso, estimulador incansável do movimento que havia de conduzir, mesmo já para além da sua vida, à independência de Cabo Verde. É próximo de Amílcar, vive com ele as agruras e também as alegrias, partilha as concepções estratégicas da guerrilha, vai a combate sempre que a evolução da situação militar o convoca, sempre pronto ao sacrifício, combatente consciente de que a morte, ali, no chão da Guiné, teria sentido. Alguém prosseguiria o combate e alguém festejaria à vitória

São anos de dolorosos sacrifícios. Não se vivia tempo sem eles. O dia a dia é a morte e o sofrimento; vê morrer, nas matas inóspitas, amigos e companheiros, numa luta desproporcionada e impiedosa. Mas do seu lado estava a crença firme e inabalável nos objectivos da luta. Do seu lado, sabia-se por que se lutava e por que se morria. E assim seria até ao fim, até mesmo ao fim.

Mas a luta não se desenvolve apenas nas matas. Enquanto prossegue, com o seu registo diário infortúnio, é preciso ir a todos os lados do Mundo estimulando apoios financeiros e procurando ajuda em armamento para a luta, já levada às terras da Guiné; é preciso convencer descrentes, percorrer chancelarias e instâncias internacionais, expondo a justiça da luta; é preciso demover más vontades persistentes, explicando razões susceptíveis de alterar compromissos anteriores e adversos. É a outra frente da luta, igualmente dura e difícil .É preciso vencer, ali também, o adversário, enfraquecendo-o.

11. Empresa árdua e complexa, tecida de constantes desenganos e desilusões, de resultado sempre aquém do necessário. Mas o jovem Comandante revela-se diplomata exímio, sagaz, com serenidade desarmante; não desiste, não recua, não cede; pelo contrário, a serenidade em pessoa, insiste, insiste, insiste sempre mesmo em ambiente hostil; renova argumentário com imaginação, revela a realidade da

luta, joga habilmente com a correlação de forças internacional, de tudo tira valioso proveito para a sua gente e para o futuro do seu País.

Domina bem as regras do *bargaining power*, vai atingindo, por todo o lado, as metas a que se propõe; a reflexão permanente, dá-lhe densidade intelectual. Cresce em respeitabilidade internacional, firma incontroverso prestígio, torna-se idóneo e credível, seja nas chancelarias mais experimentadas, seja nas instituições internacionais onde o jogo não é ainda favorável. Vai calcorreando os caminhos política explicando, pacientemente, as razões que legitimam o seu povo nessa luta que já dura em excesso. Hábil, tanto na vertente militar como na da diplomacia, vai-se moldando o Estadista prudente e seguro, que acrescenta e renova horizontes nesse contacto diversificado com o Mundo.

São estas incontestadas credenciais, obtidas, ali, no terreno quase sempre adverso, que lhe legitimam a liderança, nas difíceis e complexas negociações que conduziram à independência da Guiné-Bissau consagrado no Acordo de Argel. Em 1974 negoceia e assina com Portugal, o Acordo para a Independência de cabo Verde; a seguir, sempre dirigindo a delegação cabo-verdiana, corda com o Governo português o processo de transição política que conduz à Independência Nacional, no dia 5 de Julho de 1975.

Cabo Verde ascendia, finalmente, à dignidade de Estado Independente, assumia o seu lugar no concerto da Nações! Quase ao mesmo tempo, eleito deputado, os poderes revolucionários já vitoriosos entregam, ao Comandante Pedro Pires, na juventude dos seus 40 anos já muito duramente experimentados, as responsabilidades novas e pesadas de organizar e chefiar o primeiro Governo do seu País e dar seguimento ao futuro.

Era o seu segundo encontro com a História.

12. Os de Cabo Verde não encontraram muito.

Uma estrutura político-administrativa de séculos que funcionava razoavelmente para a vida *ante* independência, operando para tarefas e horizontes sempre limitados e, sobretudo, enquadrados pela satisfação de interesses que eram outros e não os que devia, agora,satisfazer, especialmente dirigido a interesses cabo-verdianos. Um modo de estar e de viver de muitos e muitos anos deveria transformar-se, num ápice, nas estruturas de num Estado livre, autónomo e soberano. Muito havia para reconverter. Em certo sentido, estava tudo por construir, mas, naturalmente, agora

com matriz cabo-verdiana. O primeiro passo, o mais difícil era, naquele primeiro momento, coordenar e harmonizar os interesses que preponderam numa situação tumultuada, que chega ao espasmo social, gerada e impulsionada pela circunstância histórica de um Estado sem passado e futuro ainda por vislumbrar.

Havia que escutar os que vinham da demorada e brutal luta das matas da Guiné onde, dadivosos, esperaram, durante anos, apenas que a morte em troca significasse uma Pátria mas, que, entretanto, haviam também estudado, alguns frequentando Universidades, contactado outras gentes, conhecido e experimentado alguns outros modos de estar. Chegavam ao presente ricos de experiência e inabaláveis nos ideais. Traziam, bem cimentados os seus sonhos de uma sociedade moderna, livre de vícios velhos; uma sociedade expurgada da injustiça e que, livre, dona de si, deveria alçar-se ao seu voo próprio todo o horizonte, pelo Mar Oceano. É gente que aguardara, até aí, com serenidade e coragem, aquele momento das primeiras e decisivas escolhas.

Era forçoso, também escutar os que tinham ficado nas ilhas, os que nunca tinham saído daquela terra sempre agreste e seca, nem todos aderentes à nova ordem das coisas, que chegava vitoriosa; e além desses, os sofredores de sempre, os humildes em que a História não repara, que identificavam a independência de ontem com a sua salvação, a porta de todas as melhorias e de todas as venturas, a correcção das injustiças de todos os dias, os ajustes de vida que sublinham estes momentos. Tudo, gente descomedida e impaciente. Compreensivelmente.

Fazem presença, ainda, os que desembarcam, sempre apressados, para cobrar a paga de apoios, antes por vezes duramente regateados. São os que se infiltram para assegurar influência nas decisões capitais mas, também, de alcance miúdo. É a conjuntura ideológica do Mundo a operar o seu jogo perigoso, egoísta e implacável; e é, sempre, o combate implacável dos imperialismos de então, a tentar captar, logo nos primeiros momentos, parte do futuro, se os que chegam agora ao poder, além da inexperiência das situações, não tiverem a lucidez e a coragem de saber privilegiar os caminhos mais convenientes à jovem República.

Tudo conflitua. Tudo se emaranha e ganha sobreaquecimentos políticos indesejáveis naqueles primeiros dias de soberania, virgem, ainda, dos limites da normalização; todos os interesses, respeitáveis ou não, reclamam-se igualmente de prioritários e clamam pela satisfação imediata; todas as legitimidades, vindas de

todos os fundamentos, dos bons e dos maus, são invocadas e não parecem pretender ceder a outros valores que não os seus.

13. Que faz o jovem Primeiro Ministro, amparado no patriarca da Independência Aristides Pereira, tendo ao seu lado, tantos e tantos dos seus companheiros de luta e de sacrifício, preparados e empolgados com o novo combate que estava só iniciado, o da construção do Estado, o da reorganização sociedade, o da criação das estruturas económicas, politicas e sociais, onde se imprimiria, para o futuro, o ideário que inspirara todos eles. Tudo ex novo, à medida, também, das aspirações dos seus concidadãos.

14. Diga-se que Pedro Pires, se soube ouvir, de muito novo, os apelos da liberdade, soube, especialmente, escutar, atentamente, o seu povo.

E trazia já das matas uma ideia clara, trabalhada pacientemente em tantos anos de reflexão acurada e contínua. Essa ideia era a de que a independência deveria ser, também e sobretudo, uma independência social, de correcção do que eticamente se não devia tolerar, de promoção e aceleração de um progresso que no seu caminhar não excluísse quem quer. A independência era, ela própria, um ataque determinado, firme e vigoroso a problemas que vinham de séculos, como o uso e consumo da água, essa coisa simples que por ali corria exígua; o tratamento do ambiente, até aí hostil, árido, inútil, improdutivo; a prestação da saúde, calibrada, até aí, no razoável, mas com insuficiência nas soluções disponíveis.

Entre todo esse vasto mar de problemas, um avultava na sua lucidez e aquecia o seu sentimento: a educação dos cabo-verdianos, dos cabo-verdianos de todas as idades e de todas as latitudes, a transformação de gente que simplesmente cumpria em gente que deveria capacitar-se para eleger os desígnios do País e, também, executar as suas escolhas, de alto abaixo, do Estado que chegava, naqueles dias; o Comandante sabia que a Pátria a construir só aconteceria numa identidade de sentimentos concretizados à volta dela, com a organização de uma colectividade política. Só a educação era caminho para tais alturas supremas e para elas deveria Cabo Verde campear, se quisesse o futuro que lhe ia no coração. Foi decididamente pelo princípio, sem complicações, paulatinamente, com o bom senso como guia; esquivou-se bem de aventureirismos delirantes, poupou a sua gente a caminhos oblíquos do domínio da imaginação, do experimentalismo estéril, que derretem a

fazenda e nunca se acertam com a realidade, simples e exigente. Essa era, realmente, a primeira, a mais decisiva das suas tarefas. Felizmente, ainda hoje se mantém esse desiderato superior tãomagistralmente conseguido.

Tarefa histórica, a do Comandante Pedro Pires. Jogo em que tudo se perde ou tudo se ganha.

14. Poucos têm, no activo da sua passagem pela existência, a oportunidade mas também a ousadia de aceitar o desafio de uma tal tarefa; de a tomar como encargo de uma vida, conceber, esquematizar, projectar e edificar este Estado Moderno que é, hoje, Cabo Verde, que as Universidades estudam por todo o lado, como ciência política e como ciência da administração pública trazidas, sabiamente, ao real. Pedro Pires tinha reflectido bem sobre a teoria *toynbeeneana* do desafio e resposta, segundo a qual, a facilidade é inimiga da civilização. As sociedades, sob pena de extinção, têm de saber responder aos desafios a que estão sujeitos. O desafio, proveniente do meio físico e do meio humano, é um factor essencial ao desenvolvimento.

Em tudo isto, avaliado, aqui, por alto, na sua complexidade política e social, tantas vezes insondável, na exaltação emotiva daqueles dias, na densidade e dureza do combate dos interesses, internos e externos, ali actuantes, na necessidade inadiável de prover o imediato; contudo, não incluí, ainda, o mais dramático dos problemas da jovem República: cofres públicos dramaticamente esvaziados, absolutamente incapaz de satisfazer despesas urgentes do Estado. Nem era altura, sequer, para aquele exercício simples, engenhoso e recorrente, que é subir os impostos…

É necessário referir, aqui, a envolvente internacional que pauta os primeiros tempos da República de Cabo Verde e os dos seus governantes. No que se refere às ajudas para a cooperação internacional, a cargo do Mundo Ocidental, praticamente, a conjuntura não vinha já ao encontro do que seria favorável às intenções dos homens e mulheres da Cidade da Praia. É que, por essa altura, o Mundo começava a olhar com séria reticência para o sorvedouro de grandes caudais financeiros em que o Continente Africano se vinha transformando, após anos de intensa e generalizada euforia e alegrias mil. Dinheiros volumoso que alimentavam programas irrealistas,

inexequíveis, e propiciavam a corrupção que ia galopando, descarada, por todo o lado.

15. Acrescia, para adensar o ambiente, que o Terceiro Mundo se ia transformando, aceleradamente, em um lamentável atoleiro político, militar e financeiro. Fizera regra o tempo do fanatismo enfurecido e palavroso, o das as doutrinas terceiro-mundista confusas, exacerbadas e fracturantes, sempre de cariz antieuropeu, o imediatismo das soluções ligeiras e fáceis, o entusiasmo descontrolado de quem, pela primeira vez, tudo parecia poder, vinha gerando justificadas reservas ao alcance da cooperação euro-africana. Neste enovelado processo em que se confrontam os principais actores com pretensões internacionais, o Terceiro Mundo perde *élan*, banaliza-se inexoravelmente. Fora-se o tempo das boas mas, com frequência, obscuras intenções, das generosidades e dos egoísmos, das sinceridades e dos jogos calculados, das combines esdrúxulas e extravagantes.

Tudo se esgota em marcha rápida, e nem já ao menos os grandes projectos de luta contra os do Norte são tomados a sério por uma comunidade internacional que, acima da circunstância, consegue, apesar de tudo, não esquecer o seu dever humano de solidariedade. De caminho, as Conferencias internacionais, por vezes com bizarros objectivos, sucediam-se; as assembleias repetiam-se, com verbo eufórico e escaldante; os *sommets*, mais modestos, fizeram a sua conta; as Instituições, criadas adrede para a cooperação e para a ajuda, desmultiplicaram-se, sorvendo meios com sofreguidão e empregando, a eito, multidões; as Resoluções da ONU enchem os escaninhos dos arquivos, boas recordações para o futuro e boas promessas inalcançáveis; os projectos sonhadores de uma industrialização rápida e, sobretudo, devida, entraram no limbo, com passivos assustadores; as doutrinas, as crenças, as estratégias, esgotaram, por fim, o fôlego; a corrupção generalizou-se, uma trivialidade…

É por esse tempo que vem a célebre e dura condenação da classe dirigente africana por parte de Franz Fanon, acusada de egoísmo e de crueldade inumana, dada a sua falta de imaginação, a sua inaptidão para governar. Tudo isto porque, escreveu o antilhano, "tal classe fazia parte, em definitivo, do problema do subdesenvolvimento, e, não, da sua solução."

16. A conjuntura que se impõe, de imediato, inapelavelmente, ao Primeiro Ministro, está claramente desenhada: um Estado a construir e a integrar a partir de uma situação que os dias da independência tornaram caótica; uma desmoralizante ausência de meios financeiros nos cofres públicos, para cobrir os primeiros lances da gestão que ora dava os passos iniciantes, um país improviso na verdade; e, para desanimar, mesmo os mais afoitos, um sistema internacional de cooperação que, decepcionado com os resultados obtidos por todo o lado, se tornara hesitante e, infelizmente no caso, cada vez menos acessível e menos generoso.

17. O Comandante e os seus companheiros não se atemorizam porém. Não enfraquecem o ânimo, habituados que estão ás dificuldades, as mais complexas e surpreendentes. E partem para a acção do modo que hoje, na normalidade do presente, parecerá bastante simples: conclamam os cabo-verdianos, todos os cabo-verdianos, também os da diáspora, povo indiferenciado e as elites em geral, sem deixar alguém de fora, amigos e não amigos, aderentes e não aderentes, para um esforço patriótico que alcançasse o futuro. Era condição absoluta do êxito, que, na circunstância, todos assumissem as dificuldades que era de todos, que ninguém recusasse a sua presença e, sobretudo, que a nação tivesse consciência exacta da dureza das realidades que estavam, diante dela, das escolhas e das prioridades que pareciam correctas, e da metodologia pensada para a execução. Tudo a exigir grande esforço, mais sacrifícios, mais renúncia ao imediato. Anos mais tarde, o Comandante diria à revista *Jeune Afrique*, ”Temos tentado sempre gerir bem os recursos próprios e os que nos vem da cooperação internacional”.

Para que o resultado pudesse concretizar-se, era também condição absoluta que os cabo-verdianos distinguissem, nesse momento capital, nesse momento em que tudo se ganha ou tudo se perde, e daí tirassem todas as consequências, entre o que era meramente acessório e o que era permanente, traduzido em objectivos nacionais a defender. Que escolhessem entre o interesse imediato, de satisfação descontinuada e sempre imprevisível, e o interesse perene de uma Pátria, que se ia forjando naqueles dias carregados de emoção.

As preferências ficaram ali, sagradamente pactadas e o futuro iniciou-se em tal enquadramento. Tudo se vai moldando, depois, no Estado cabo-verdiano. A sua integração vai-se realizando nos tempos certos, a sua presença é forte e é firme, as coisas vão-se construindo, com segurança, nos tempos previstos. A fome aguda e a

redução da pobreza vão-se atenuando sensivelmente, representando um esforço enorme; reformou-se o sistema de ensino, desenvolveu-se, aceleradamente, o sistema pré-escolar, primário e secundário, levado a todos os cantos; combateu-se, com êxito, o analfabetismo adulto; promoveu-se a formação de professores que partem para o interior das ilhas, levando saber e educação.

Nos primeiros 12 anos do mandato do Primeiro Ministro, atingiu-se a multiplicação por 2,5 do produto nacional e a duplicação da produção, por habitante; o PIB, evoluiu de 260 dólares para 816 em dez anos e Cabo Verde atinge, por essa altura, um dos melhores Índices de Desenvolvimento Humano em África. O saldo global da balança de pagamentos foi sempre geralmente positiva. Diga-se, ainda, que são exemplares os ganhos nos domínios da segurança alimentar, da saúde, com a criação do seu Sistema nacional de saúde, da educação (com a sua jovem e dinâmica Universidade a lançar-se para todos os ramos do ensino e do conhecimento), da incontestável melhoria das condições de vida das populações e a protecção do meio ambiente (trinta milhões de árvores fixadas desde então!).

18. Certamente que é próprio que nos interrogamos sobre como foi possível chegar a este saldo tão inesperado e tão espectacular, partindo de um acervo conjugado de factores negativos, como aqueles que deixámos analisados. O Primeiro Ministro e os que o acompanharam nos seus três mandatos de responsabilidades executivas, costuma evocar, sempre, a fonte maior da inspiração das decisões diárias que foi tomando ao longo dos seus 16 anos no exercício do cargo: o ter agido, sempre, em conformidade com uma rigorosa ética da responsabilidade, de inspiração *max-webbereana*, de carácter teleológico, com avaliação objectiva e serena das consequências e dos resultados, prevalecendo, sempre, os interesses do Estado e da Nação. Pedro Pires soube sempre conter-se nas fronteiras da ambição justa e exequível. Levou, à realidade, o que era possível de sonho e ambição. Assim como soube, sempre, adaptar-se às alterações da conjuntura, com notável flexibilidade.

O Comandante conseguiu triunfar num terreno de extrema complexidade, num terreno que, quase sempre, nem séculos, são suficientes para chegar a esse resultado. É que os cabo-verdianos convenceram-se, sem perder a altivez discreta que bem os caracteriza, de que o seu País não é rico e será, sempre, um País cuja administração não consente fantasias, nem megalomanias, nem desequilíbrios irresponsáveis;

exige, sempre, um planeamento realista, uma execução de tempos certos. O seu viver, portanto, acompanha as dificuldades e as carências do seu Estado; sabem que não podem ter mais, mas são orgulhosos disso, é em benefício de todos. Estes trinta e cinco anos de independência são uma boa prova do patriotismo daquela gente, que não está habituada a não ser a uma vida baseada na certeza de que o seu País não deve prescindir de uma gestão equilibrada.

Tudo e todos concorreram para que a República de Cabo Verde (que, com o Senegal, são os únicos Estados da África do Oeste em que não ocorreu, nunca, um golpe de estado militar), pela ser seriedade do comportamento dos seus governantes na formulação de pretensões e na apresentação de projectos, e pela honradez do seu povo na sua execução, atingisse um patamar de respeitabilidade, que a colocou á margem de qualquer dúvida nos *fora* internacionais, onde, com relativa facilidade, levanta financiamentos que aplica, criteriosamente, no seu desenvolvimento. O Comandante Pedro Pires resumiu, aqui há uns anos, com grande realismo, para uma revista (L'Inteligent), os três princípios que orientavam o seu país: *Paz, Estabilidade e Segurança.*

Na opinião dele, muito simples.

19. Pedro Pires foi, sempre, um hábil estratega e um diplomata de finíssimas intuições. No meio das agruras iniciais, podia ter feito valer, sem a menor dificuldade, o posicionamento geoestratégico das ilhas que integravam o novo Estado. Teria um maná à sua disposição. Estava-se no mais aceso do conflito Este-Oeste, um conflito de expressão global e cabo Verde detinha, por força das coisas, uma posição de excepcional valor estratégico, ali, à entrada do Atlântico Sul. Uma aliança com o Leste, que seguramente aliviaria, e muitíssimo, as suas imensas dificuldades em alimentos e tesouraria, teria gerado a necessidade de uma nova carta estratégica do Mundo, pois tais as alterações que imporiam de imediato o domínio, pelo Bloco Leste, do Oceano Atlântico, com o controlo das suas rotas vitais, e aceleraria o incremento da presença soviética nas margens africanas do Atlântico de acentuada influência soviética. Tudo a somar ao espaço geoestratégico já conquistado com a ocupação de Cuba. O mundo seria, pelo menos por uns tempos, bem outro.

Imagina-se, sem dificuldade, a subtileza do o jogo jogado por Pedro Pires, neste campo, durante tantos anos e em momentos de intenso perigo, para a segurança do

seu País. Disso saiu ileso e respeitado. Não cedeu onde não devia ceder, manteve-se equidistante, objectivamente neutral. E Cabo Verde manteve a sua soberania, construiu e consolidou o seu conceito estratégico nacional, que, ainda hoje, é a sua Carta de Segurança. É um País respeitado no Mundo. Pedro Pires, foi-se tornando, aos poucos, no Homem de África, como proclamou a *Jeune Afrique*. É chamado a mediar e a dirimir conflitos por toda a África, dirige complexas negociações internacionais, interfere positivamente na solução de problemas entre Estados; contribui, eficazmente, para o fim do *apartheid* na África do Sul; procura consertar a UNITA e o MPLA, para se chegar à paz e tranquilidade naquele país irmão. Homem de uma peça só, inconsútil, a sua presença é garantia de ponderação e equilíbrio, de seriedade e inteligência.

A última palavra, que é a sua, é a lei.

20. Nos princípios de 1990, tive oportunidade fortuita de me encontrar, na Cidade da Praia, com o Primeiro Ministro Pedro Pires.

Exactamente no dia a seguir ao ter ele anunciado, solenemente, que em breve, no ano a seguir, seria consagrada a democracia pluralista no País. Haveria eleições e o povo cabo-verdiano teria, então, a oportunidade de escolher livremente os seus representantes. No decorrer do encontro perguntei-lhe, um tanto atrevidamente, se não receava perder as eleições…Respondeu-me, sem hesitação, com bonomia e sereno, que não era disso que se tratava mas, sim, de transformar Cabo Verde numa democracia plena, moderna, para o que as urnas deveriam exprimir-se.

Foi este o terceiro encontro de Pedro Pires com a História.

Há, nos registos da ciência política, pouquíssimos casos em que um detentor quase absoluto do poder, o põe, *sponte sua*, a sufrágio, e aceita, honradamente, os resultados. Pedro Pires é um desses raros homens de Estado, capaz das decisões maiores. Perdeu as eleições, e sem azedume, sem rancor, sem tibieza, abandonou o poder e foi ocupar o seu lugar de deputado, cargo que exerceu com dignidade e diligência exemplares, sempre cooperante, sempre procurando o melhor para o seu povo, sempre atento à análise dos factores da conjuntura, sempre sendo, no entanto, um como os demais.

Até se consagrar, por sufrágio popular, em 2001, Presidente da República de Cabo Verde, reconfirmado, depois, para o segundo mandato que vige neste momento. Uma vida cheia, completa, ao serviço do seu País; catorze anos de luta

intensa pela sua independência; quinze anos como Primeiro Ministro, nos anos da construção do Estado, sob suspeita, de alguns anos, de ser um projecto inviável; dez anos, já, numa tranquila e serena Chefia do Estado.

E sempre o mesmo que conheci há 30 anos, íntegro, responsável e ético no agir; bem intencionado nos propósitos; firme nos princípios; sempre preocupado com o desenvolvimento económico e social do povo cabo-verdiano.

Por isso admito, sempre, que o novel DOUTOR, lendo e relendo os "Pensamentos" de Marco Aurélio, meditará no que o Imperador cunhou no Capítulo II, talvez nas margens do Danúbio ou em Carnunto: "Os princípios, têm vida. Como poderiam eles morrer, a menos que as ideias que lhes correspondem se extingam? Mas estas, recorda o Imperador, depende de ti reavivá-las de imediato".

21. Pedro Verona Rodrigues Pires está hoje, entre nós, para, como DOUTOR HONORIS CAUSA, se juntar aos Doutores desta Universidade.

Que mais apurado cientista político poderíamos conceber que um homem que, em todos os dias dos últimos seus 40 anos, actuou, no superlativo, nesse domínio, descobrindo muitas vezes o que não está nos livros.

Que mais sabedor e exímio cientista das relações internacionais, que um homem que soube actuar, por todos estes anos, por entre os mais poderosos, num mundo equilibrado pelo medo, de tudo emergindo, sempre, o Estado de sua responsabilidade, com a soberania e a independência realmente incólumes?

Que mais eficaz e inteligente cientista das ciências da administração pública poderíamos homenagear que um homem que soube, lucidamente, analisar a conjuntura, escolher os objectivos, definir estruturas, seleccionar executantes e, pacientemente, erguer, do zero, um Estado

Por tudo isso, e não é pouco, seja bem-vindo, Comandante. Tome o seu lugar entre nós. Sente-se nos claustros que muito se honrarão com a sua presença.

Disse.

Luís Fontoura
Professor Jubilado do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas
Doutor HC pela Universidade Técnica de Lisboa
Presidente do Conselho de Escola do ISCSP